

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANY S.A.**

ENTRE

COMPANY S.A.,
como Emissora,

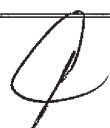


E

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**

*representando a comunhão dos titulares adquirentes das debêntures objeto da presente
emissão*

Datado de

14 de junho de 2007

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE
QUIROGRAFÁRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, DA
COMPANY S.A.**

Pelo presente instrumento, de um lado

COMPANY S/A, com sede nesta Capital, na Rua Funchal, nº 418, 28º andar, Vila Olímpia, Cep. 04551-060, inscrita no CNPJ sob nº 58.877.812/0001-08, e na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob NIRE 35300175891, onde cópia de seu Estatuto Social Consolidado, com a redação aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária realizada em 30 de março de 2007, foi registrada sob nº 115.764/07-0, neste ato representada na forma previstas nos art. 18, 23 e 26, do referido estatuto social consolidado, por seus Diretores, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”);

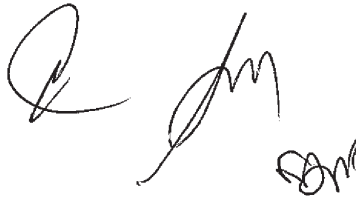
e, de outro lado,

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira constituída sob a forma de sociedade por ações, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, nomeada neste instrumento e nele interveniente de acordo com o disposto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, alterada pela Lei nº 10.303, de 31 de outubro de 2001, representando a comunhão de debenturistas subscritores e adquirentes das debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), aqui representada na forma de seu Estatuto Social, doravante simplesmente denominada Agente Fiduciário (“Agente Fiduciário”);

vêm por meio desta firmar o presente Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Company S.A. (“Escritura”), mediante as seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO**

A presente Escritura é firmada com base nas deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração da Emissora, realizadas em 26 de abril de 2007 e 21 de maio de 2007 (“RCAs”).



CLÁUSULA II
REQUISITOS

A 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública pela Emissora (respectivamente a “Emissão” e as “Debêntures”) será realizada com observância dos seguintes requisitos:

2.1. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão será registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) na forma da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), da Instrução nº 400, de 29 de dezembro de 2003 (“Instrução CVM 400”) e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.2. Arquivamento na Junta Comercial do Estado de São Paulo e Publicação da Ata da RCA

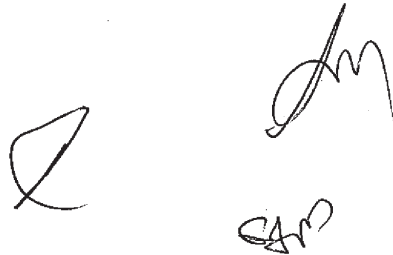
A Oferta foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 26 de abril de 2007 e 21 de maio de 2007 (“RCAs”), cujas atas foram arquivadas na Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”) sob n.º 211.858/07-9, em 1º de junho de 2007, e sob n.º 235.224/07-9, em 13 de junho de 2007, respectivamente e serão publicadas no “Diário Oficial do Estado de São Paulo” e no jornal “O Estado de São Paulo” em 15 de junho de 2007.

2.3. Inscrição da Escritura na Junta Comercial do Estado de São Paulo

Esta Escritura e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCESP, conforme disposto no artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.4. Registro na Associação Nacional dos Bancos de Investimento

A Emissão será registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento (“ANBID”) no prazo máximo de 15 (quinze) dias, contados da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 21 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, de 9 de maio de 2006 (“Código ANBID”).



CLÁUSULA III
CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1. Objeto Social da Emissora

De acordo com o Estatuto Social da Emissora, o objeto social da Emissora compreende: (i) a promoção e administração de empreendimentos imobiliários, de qualquer natureza, próprios ou de terceiros; (ii) a compra e venda de imóveis; (iii) a indústria da construção civil e a prestação de serviços a ela relacionados; (iv) a incorporação imobiliária; (v) a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista; e (vi) a prestação de serviços de assessoria e planejamento a outras sociedades.

3.2. Número da Emissão

A presente Escritura contempla a 3ª Emissão Pública de Debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão é de R\$ 75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido a seguir), sendo passível de aumento nos termos das Cláusulas 3.3.2 e 3.3.3 a seguir.

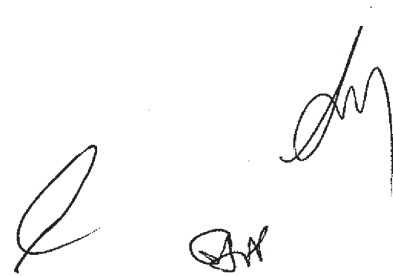
3.3.2. A critério dos Coordenadores e observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, em comum acordo com a Emissora, a Emissão poderá ser aumentada por lote suplementar equivalente a até 15% (quinze por cento) do Valor Total da Emissão na Data de Emissão, nos termos do artigo 24, da Instrução CVM n.º 400/03 (“Lote Suplementar”), exclusivamente para atender o excesso de demanda que vier a ser constatado pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, nas mesmas condições e preço das Debêntures inicialmente ofertadas, ressalvado que as Debêntures do Lote Suplementar serão distribuídas em regime de melhores esforços, e

3.3.3. Nos termos do § 2º do artigo 14 da Instrução CVM n.º 400/03, a Emissora poderá, observado o limite estabelecido no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, a seu critério e sem a necessidade de novo pedido ou de modificação dos termos da Emissão, aumentar a quantidade de Debêntures a serem distribuídas em montante que não exceda 20% (vinte por cento) da quantidade de Debêntures inicialmente ofertadas, excluído eventual exercício do Lote Suplementar mencionado acima (“Lote Adicional”), ressalvado que as Debêntures da Lote Adicional serão distribuídas em regime de melhores esforços.

3.4. Número de Séries

A Emissão será realizada em Série Única.

3.5. Destinação dos Recursos



Os recursos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados ao desenvolvimento normal das atividades da Emissora, sendo utilizados na aquisição de terrenos ainda não identificados e na incorporação de novos empreendimentos.

3.6. Colocação e Procedimento de Distribuição

3.6.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (“Coordenadores”), conforme descrito no item 3.7 a seguir, utilizando-se o procedimento previsto no §3.º do Artigo 33 da Instrução CVM 400, segundo plano de distribuição elaborado pelos Coordenadores, os quais levarão em consideração suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégia dos Coordenadores e da Emissora, observados os termos e condições definidos no Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição de Debêntures Simples, em Regime de Garantia Firme, a ser celebrado entre Emissora e os Coordenadores (“Contrato de Distribuição”). Ao elaborar o plano de distribuição os Coordenadores deverão, adicionalmente, assegurar a adequação do investimento ao perfil de risco de seus clientes, bem como o tratamento justo e equitativo aos investidores, nos termos do parágrafo 3º do art. 33 da Instrução CVM 400.

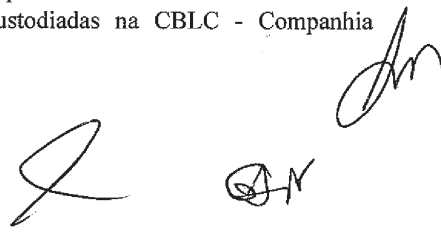
3.6.2. A colocação pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início da Emissão e a disponibilização do prospecto preliminar (“Prospecto Preliminar”) e do prospecto definitivo (“Prospecto Definitivo” e, juntamente com o Prospecto Preliminar, “Prospectos”).

3.6.3. O prazo de colocação das Debêntures será de até 06 (seis) meses contados a partir da data de publicação do anúncio de início da Emissão ou até a data da publicação do anúncio de encerramento, o que ocorrer primeiro (“Prazo de Colocação”).

3.6.4. Na hipótese de existência de Lote Suplementar e/ou Lote Adicional, as Debêntures a eles relativas serão distribuídas em regime de melhores esforços.

3.7. Negociação

3.7.1. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário (i) através do SDT - Sistema de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado pela CETIP - Câmara de Custódia e Liquidação (“CETIP”), com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro (“ANDIMA”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix (“BovespaFix”), administrado pela Bovespa - Bolsa de Valores de São Paulo (“Bovespa”), sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC - Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (“CBLC”).



3.7.2. As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário (i) através do SND - Sistema Nacional de Debêntures ("SND"), administrado pela CETIP, com base nas políticas e diretrizes fixadas pela ANDIMA, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CETIP, e (ii) através do Sistema BovespaFix, administrado pela Bovespa, sendo as Debêntures liquidadas e custodiadas na CBLC.

3.8. Limite da Emissão

A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60, caput, da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que (i) o capital social da Emissora, em 31 de março de 2007 era de R\$249.000.000,00 (duzentos e quarenta e nove milhões de reais), sendo, portanto superior ao valor total da Emissão, ainda que venham a existir Lote Suplementar e Lote Adicional, e (ii) não existem em circulação quaisquer outras debêntures emitidas pela Emissora.

3.9. Banco Mandatário e Instituição Depositária

O banco responsável pela prestação de serviços de banco mandatário, pela escrituração das Debêntures e instituição depositária da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário" e "Instituição Depositária").

CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

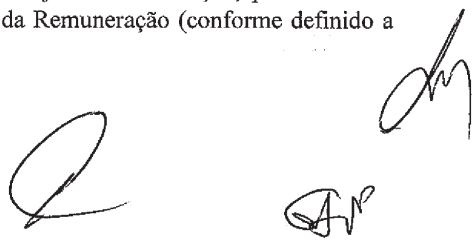
4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos, a data de Emissão das Debêntures será o dia 1º de junho de 2007 ("Data de Emissão").

4.1.2. **Conversibilidade:** As Debêntures são simples, não-conversíveis em ações.

4.1.3. **Espécie:** As Debêntures são da espécie quirografária.

4.1.4. **Forma:** As Debêntures são da forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados.

4.1.5. **Prazo e Data de Vencimento:** As Debêntures terão prazo de vencimento de 60 (sessenta) meses a contar da Data de Emissão, com vencimento final em 1º de junho de 2012 ("Data de Vencimento"). Por ocasião da Data de Vencimento, a Emissora se obriga a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração (conforme definido a seguir) devida.



4.1.6. **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures na Data de Emissão será de R\$10.000,00 (dez mil Reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

4.1.7. **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 7.500 (sete mil e quinhentas) Debêntures, em série única, passível de aumento nos termos das Cláusulas 3.3.2 e 3.3.3 acima.

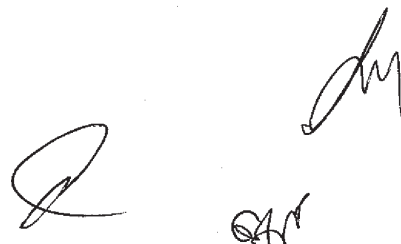
4.2. Remuneração

4.2.1. A partir da Data de Emissão, as Debêntures renderão juros a taxa a ser definida em procedimento de *Bookbuilding*, observando-se como limite a taxa correspondente a 108% (cento e oito por cento) ("Taxa Máxima") da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização (conforme definido a seguir), conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula prevista no item 4.2.1.3. a seguir.

4.2.1.1. Ao final do procedimento de *Bookbuilding*, o Conselho de Administração da Emissora ratificará a Remuneração aplicável às Debêntures definida no procedimento de *Bookbuilding*.

4.2.1.2. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento de Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período em questão, exclusive ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. A Remuneração correspondente aos Períodos de Capitalização será devida nas Datas de Pagamento da Remuneração (conforme definido na cláusula 4.4. a seguir).

4.2.1.3. **Fórmula de Cálculo da Remuneração.** O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:



Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TD_k \times S/100)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "FatorDI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo, salvo quando expressamente indicado de outra forma.

4.2.1.4. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.1.5. **Ausência de Divulgação.** Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação ("Período de Ausência de Taxa DI") ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembléia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas na Escritura, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida.

4.2.1.6. Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia de Debenturistas não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração.

4.2.1.7. Caso não haja acordo sobre a nova Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação (conforme definido na Cláusula 10.2.2 a seguir), a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado nos termos da Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate e conseqüente cancelamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas,

para cada dia do Período de Ausência da Taxa DI, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada publicamente.

4.3. Amortização

As Debêntures serão amortizadas em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais iguais e consecutivas a partir do 36º (trigésimo sexto) mês (exclusive) a contar da Data de Emissão, iniciando-se em 1º de julho de 2010 (cada uma, em separado, "Data de Amortização").

4.4. Periodicidade de Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração deverão ser pagos: (i) durante o período compreendido entre a Data de Emissão até 1º de junho de 2010 ("Período de Carência de Principal"), trimestralmente, sempre no dia 1º do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre, sendo o primeiro pagamento devido em 1º (primeiro) de setembro de 2007 e o último em 1º (primeiro) de junho de 2010; e (ii) após o Período de Carência de Principal, mensalmente, nas mesmas datas de amortização, sendo o primeiro pagamento devido em 1º (primeiro) de julho de 2010, (sendo cada data de pagamento acima descrita, uma "Data de Pagamento de Remuneração").

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLIC, para as Debêntures registradas no BovespaFix; ou (iii) por meio do Banco Mandatário para os titulares de Debêntures da Emissão que não estejam vinculados a nenhum dos dois sistemas acima mencionados.

4.6. Prorrogação dos Prazos

Caso um determinado vencimento coincida com dia em que não exista expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação por quaisquer das partes, inclusive pelos Debenturistas, no que se refere ao pagamento do preço de subscrição, até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BovespaFix, conforme o caso, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado nacional, sábado ou domingo.

4.7. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, o valor em atraso continuará a ser remunerado nos termos da Remuneração



aplicável e, além disso, ficará sujeito à multa moratória convencional de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago, e à juros de mora à taxa de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso, desde a data do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, além das despesas incorridas para cobrança.

4.8. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.7. acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas, no mercado primário, pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto na Cláusula 4.2 desta Escritura.

4.10. Prazo e Forma de Subscrição e Integralização

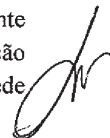
As Debêntures desta Emissão poderão, observado o disposto no parágrafo 3º do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, ser subscritas a qualquer tempo, dentro do prazo de distribuição pública, que será de até 06 (seis) meses a contar da data da publicação do anúncio de início de distribuição, com integralização à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis ao SDT.

4.11. Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.12. Publicidade

Todos os atos e decisões a serem tomados decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser obrigatoriamente comunicados na forma de avisos, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e na edição nacional do jornal O Estado de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede



mundial de computadores - Internet (www.company.com.br), exceção feita ao Aviso ao Mercado, Anúncio de Início de Distribuição e Anúncio de Encerramento de Distribuição que serão publicados no Diário Oficial do Estado de São Paulo, no jornal O Estado de São Paulo e na Gazeta Mercantil.

4.13. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pela Instituição Depositária. Adicionalmente, como comprovante de titularidade de Debêntures, será expedido pelo SND o “Relatório de Posição de Ativos”, acompanhado de extrato, em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente servirá como comprovante de titularidade de Debêntures.

4.14. Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.15. Imunidade de Debenturistas

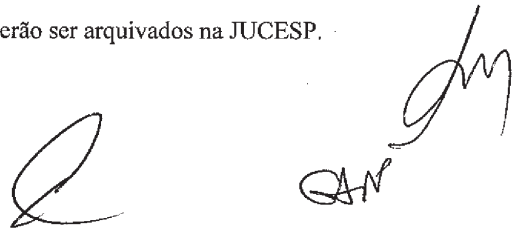
Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.16. Fundo de Amortização

Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

CLÁUSULA V ADITAMENTOS À PRESENTE ESCRITURA

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser arquivados na JUCESP.



CLÁUSULA VI RESGATE ANTECIPADO E AQUISIÇÃO FACULTATIVA

6.1. Resgate Antecipado

A Emissora reserva-se ao direito de, a partir do final do 24º (vigésimo quarto) mês contado do mês da Data de Emissão, mediante publicação de aviso prévio de 15 (quinze) dias aos Debenturistas, promover o resgate antecipado facultativo das Debêntures desta Emissão, de parte ou da totalidade das Debêntures. (“Resgate Antecipado”). O Resgate Antecipado será realizado mediante o pagamento (i) do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures que vierem a ser resgatadas, acrescido da respectiva Remuneração, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última data de vencimento da respectiva Remuneração até a data de seu efetivo resgate; acrescido de (ii) de prêmio aos Debenturistas calculado segundo a seguinte fórmula:

$$P=(d/D) \times 1,0\%$$

P=prêmio a ser pago em valor percentual sobre o valor do resgate

d=quantidade de dias corridos a transcorrer entre a data do efetivo resgate das Debêntures e 60 meses contados a partir da Data de Emissão (“Data de Vencimento”)

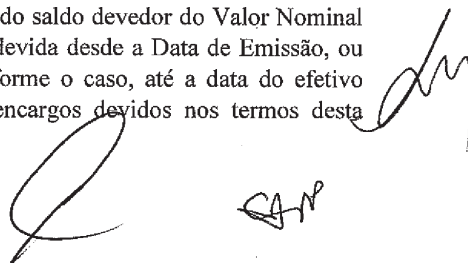
D=quantidade de dias corridos entre o final do 24º mês, contados a partir da Data de Emissão, e a Data de Vencimento.

6.2. Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo até a integral liquidação das Debêntures, realizar a aquisição antecipada, integral ou parcial das Debêntures em circulação, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei n. 6.404/76. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado.




CLÁUSULA VII VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Observado o disposto nas cláusulas 7.1.1. e 7.1.2. a seguir e seus subitens, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, mediante prévia comunicação a ser realizada nos termos da alínea “t” da Cláusula 9.4, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a Data de Emissão, ou da última Data de Pagamento de Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos devidos nos termos desta



Escritura, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos (cada um um “Evento de Inadimplemento”):

- (a) Falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento por período superior a 02 (dois) dias úteis;
- (b) descumprimento, pela Emissora ou por qualquer de suas subsidiárias, de qualquer obrigação não pecuniária relacionada às Debêntures, não sanada no prazo de 30 (trinta) dias da comunicação do referido descumprimento, sendo que esse prazo não se aplica às obrigações para as quais tenha sido estipulado prazo específico;
- (c) não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações e licenças, inclusive as ambientais, relevantes para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas subsidiárias, exceto se, dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão a Emissora comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades da Emissora até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- (d) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas, em qualquer aspecto relevante, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora âmbito da Emissão;
- (e) pedido de recuperação judicial ou submissão a qualquer credor ou classe de credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, formulado pela Emissora, por qualquer de suas subsidiárias, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;
- (f) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de auto-falência, requerimento de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora por qualquer de suas subsidiárias, e/ou por qualquer de seus acionistas controladores;
- (g) observado o disposto na cláusula 8.1.27 a seguir, até a integral liquidação das Debêntures, distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, além daqueles obrigatórios, conforme previsão legal;
- (h) transformação do tipo societário da Emissora de sociedade anônima para sociedade limitada;
- (i) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado contra a Emissora e/ou qualquer de suas subsidiárias, em valor unitário ou

7.1.1. Na ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento, exceção feita aos indicados nas alíneas “a”, “e”, “f”, “g”, “h” e “k”, o Agente Fiduciário deverá, em até 48 (quarenta e oito) horas contadas da data em que tomar ciência da ocorrência do referido evento, convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar acerca da declaração do vencimento antecipado das Debêntures.

7.1.1.1. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 7.1.1 acima poderá determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures por deliberação de titulares detentores de, no mínimo, 80 % (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

7.1.1.2. Não se realizando a Assembleia Geral de Debenturistas conforme disposto na Cláusula 7.1.1. supra, ou em não havendo (i) deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, ressalvada a suspensão dos trabalhos da referida Assembleia, e/ou quorum necessário para tanto, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura.

7.1.2. Na hipótese de ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados nas alíneas “a”, “e”, “f”, “g”, “h” e “k”, da Cláusula 7.1. acima o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento automático antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas e de qualquer interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA VIII OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

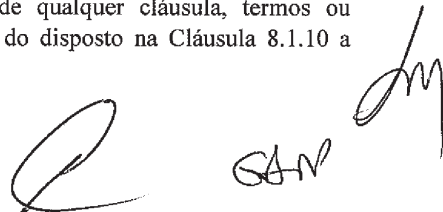
8.1. Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, enquanto o saldo devedor das Debêntures não for integralmente pago, a Emissora obriga-se, ainda, a:

8.1.1. Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término de seu primeiro semestre social de cada ano, cópia de suas demonstrações financeiras completas, relativas ao respectivo semestre social;
- (b) dentro de, no máximo, 90 (noventa) dias após o término de cada exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social

acompanhada do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, bem como cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou à sua administração e respectivas respostas, com referência às demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, gestão ou às contas da Emissora e declaração do Diretor de Relação com investidores da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes desta escritura;

- (c) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 (conforme alterada), nos prazos ali previstos e, dentro de no máximo 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das obrigações constantes desta escritura;
- (d) com antecedência mínima de 3 (três) dias úteis de sua publicação, notificação da convocação de qualquer Assembleia Geral, bem como a data e ordem do dia da assembleia a realizar e prontamente fornecer cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais, e de todas as reuniões do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal;
- (e) os avisos aos Debenturistas, fatos relevantes e atas de assembleias que de alguma forma envolvam os interesses dos Debenturistas em até 05 (cinco) dias após as respectivas publicações;
- (f) em até 5 (cinco) dias contados do recebimento de solicitação, qualquer informação relevante para as Debêntures que lhe venha a ser solicitada, por escrito, pelo Agente Fiduciário, observados os termos das Instruções CVM nºs 358 e 400;
- (g) cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora que possa ensejar um Evento de Inadimplemento ou a esta Escritura, imediatamente após o seu recebimento;
- (h) no mesmo dia de sua publicação, o respectivo Edital de Convocação de qualquer Assembleia Geral, e, prontamente, cópias de todas as atas de todas as Assembleias Gerais que versem sobre matérias relacionadas às Debêntures;
- (i) informações sobre o descumprimento de qualquer cláusula, termos ou condições desta Escritura, sem prejuízo do disposto na Cláusula 8.1.10 a seguir; e



- (j) os comprovantes de cumprimento de suas obrigações pecuniárias perante os Debenturistas no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva Data de Vencimento.

8.1.2. Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais.

8.1.3. Manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, e permitir que representantes do Agente Fiduciário (ou de auditor independente por este contratado, às expensas da Emissora) tenha acesso irrestrito, em base razoável (i) a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora referente às suas demonstrações financeiras; e (ii) aos livros e aos demais registros contábeis da Emissora, quando deliberado pela Assembléia Geral de Debenturistas, bem como permitir que o Agente Fiduciário realize auditoria extraordinária na Emissora, sendo que a respectiva solicitação deverá ser acompanhada de relatório que fundamente a necessidade de realização da referida auditoria.

8.1.4. Convocar, nos termos da Cláusula X desta Escritura, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a presente Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça.

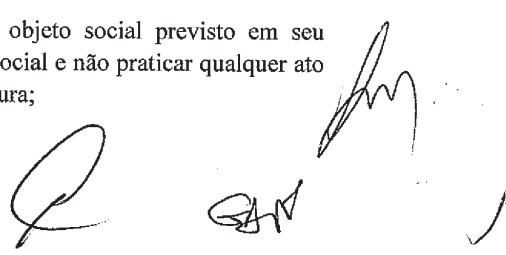
8.1.5. Cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, com o envio de documentos, prestando, ainda, as informações que lhes forem solicitadas.

8.1.6. Submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM.

8.1.7. Manter sempre atualizado o registro de companhia aberta na CVM, nos termos das Instruções CVM aplicáveis, e fornecer aos seus acionistas e Debenturistas as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado.

8.1.8. Manter em adequado funcionamento um departamento para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço.

8.1.9. Não alterar seu ramo de negócio ou alterar o objeto social previsto em seu Estatuto Social, não realizar operações fora de seu objeto social e não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e/ou com esta Escritura;



8.1.10. Notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração substancial nas condições (financeiras ou outras) ou nos negócios da Emissora que possa impossibilitar ou dificultar, de forma relevante, o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações decorrentes desta Escritura e das Debêntures.

8.1.11. Notificar o Agente Fiduciário e a bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos após a ocorrência do evento.

8.1.12. Informar imediatamente à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures sobre qualquer mudança ou imprecisão que afete diretamente ou indiretamente as informações prestadas no Prospecto e/ou as Debêntures.

8.1.13. Informar à bolsa de valores e/ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures o valor e a data de pagamento do todo e qualquer rendimento referente às Debêntures;

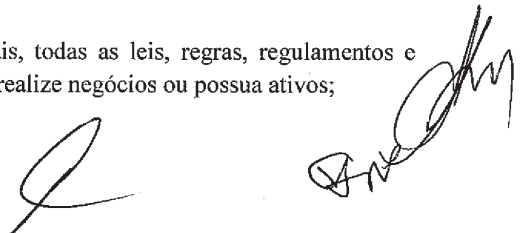
8.1.14. Obter, observar os termos de, e praticar todos os atos necessários para manter em pleno vigor todas as autorizações, aprovações, licenças e consentimentos exigidos nos termos da legislação e regulamentação brasileiras para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e necessárias para permitir o cumprimento, pela Emissora, das obrigações previstas na presente Escritura, ou para assegurar a legalidade, validade e exequibilidade dessas obrigações;

8.1.15. Manter válidas e regulares as licenças ambientais relevantes pertinentes às suas atividades, bem como cumprir todas as exigências técnicas nelas estabelecidas, exceto no que se referir a licenças cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em impacto adverso relevante para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures, ao exclusivo critério dos Debenturistas;

8.1.16. Tomar todas as medidas necessárias para: (i) preservar todos os seus direitos, títulos de propriedade, licenças, alvarás e ativos necessários para continuar conduzindo seus negócios e os negócios de suas subsidiárias dentro do respectivo objeto social; (ii) pagar ou de outra forma quitar, quando devidas, todas as suas obrigações trabalhistas, comerciais e outras; e (iii) estender as medidas dispostas nos itens (i) e (ii) para as sociedades sob seu controle; e

8.1.17. Aplicar os recursos obtidos por meio da Emissão das Debêntures estritamente conforme descrito na Cláusula 3.5 acima;

8.1.18. Cumprir, em todos os aspectos materiais, todas as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis, em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;



8.1.19. Fornecer ao Agente Fiduciário, sempre que por ele solicitado, informações acerca do andamento atualizado dos processos e procedimentos judiciais, administrativos e arbitrais dos quais a Emissora figure como parte, bem como informá-lo em até 05 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento de qualquer decisão judicial relevante que implique em condenação da Emissora a obrigação cujo cumprimento implique em dispêndio igual ou superior a R\$ 5.000.0000,00 (cinco milhões de Reais).

8.1.20. Exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;

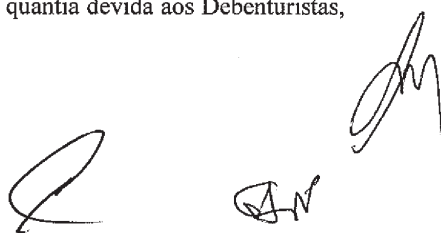
8.1.21. Manter os bens necessários para condução de suas atividades principais adequadamente segurados por seguradoras de primeira linha, conforme práticas correntes em seu setor de atuação;

8.1.22. Contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures, agência de *rating* de renome internacional (Fitch Ratings, Standard & Poors ou Moody's) para (i) elaborar relatório de *rating* para as Debêntures; e, (ii) até o vencimento das Debêntures: (a) manter atualizado o relatório de *rating* das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, e divulgar amplamente o *rating* ao mercado; (b) entregar ao Agente Fiduciário vias dos relatórios de *rating*, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios à Emissora; e (c) comunicar ao Agente Fiduciário qualquer alteração do *rating* das Debêntures, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tiver ciência da alteração do *rating*;

8.1.23. Solicitar à agência de *rating* contratada nos termos da Cláusula 8.1.22 acima, a atualização e divulgação de relatório de *rating*, previamente à realização de qualquer operação (i) que resulte na alteração do atual controle societário da Emissora, e/ou (ii) de fusão, cisão, incorporação, ou qualquer forma de reorganização societária envolvendo a Emissora;

8.1.24. Contratar e manter contratada, às suas expensas, durante todo o prazo de vigência das Debêntures o banco mandatário e escriturador e o agente fiduciário;

8.1.25. Efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive, honorários advocatícios e outras despesas e custos razoáveis incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas, nos termos desta Escritura;



8.1.26. Dar ampla divulgação ao mercado para cada atualização do relatório da agência de rating referido na Cláusula 8.1.22 acima, na forma da Cláusula 4.12 acima e por meio de divulgação na página da rede mundial de computadores da Emissora, e encaminhar o relatório imediatamente à CVM, à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, bem como ao Agente Fiduciário; e

8.1.27. Na ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, a Emissora obriga-se a não distribuir dividendos, efetuar pagamentos correspondentes a juros sobre o capital próprio ou quaisquer outros pagamentos aos seus acionistas, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA IX AGENTE FIDUCIÁRIO

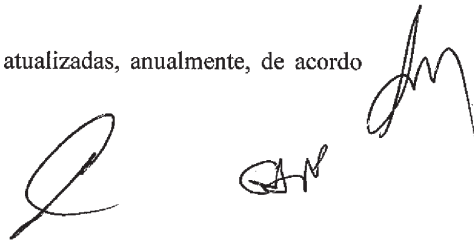
9.1. Nomeação

A Emissora constitui e nomeia o Agente Fiduciário dos Debenturistas desta Emissão, OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A., acima qualificado, o qual, neste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos titulares das Debêntures.

9.2. Remuneração do Agente Fiduciário

Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

- (a) Parcelas trimestrais de R\$ 7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), sendo a primeira devida quando do registro na CVM e as demais a cada 90 dias;
- (b) O Agente Fiduciário deverá, com exceção ao primeiro pagamento, enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de cada pagamento, sendo que se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;
- (c) A remuneração prevista na alínea “a” acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;
- (d) As parcelas referentes à alínea “a” acima serão atualizadas, anualmente, de acordo

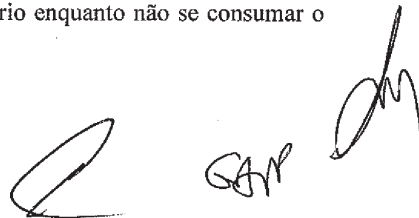


com a variação acumulada do Índice Geral de Preços de Mercado - IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo, a partir da data do pagamento da primeira parcela referida na alínea "a" acima, até as datas de pagamento de cada parcela subsequente, calculada *pro rata die* se necessário;

- (e) A remuneração não inclui as despesas consideradas necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, tais como despesas com publicações, transporte, alimentação, extração de certidões, viagens e estadias, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome e acompanhadas dos respectivos comprovantes, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas razoáveis com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;
- (f) Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa de 2% ao mês e juros de mora de 1% ao mês, sem prejuízo da atualização monetária;
- (g) As parcelas trimestrais previstas serão acrescidas dos impostos incidentes sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, tais como: Impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS (Imposto Sobre Serviços) ou outros), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), e o IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte); e
- (h) A remuneração cobre os serviços a serem prestados pela equipe técnica do Agente Fiduciário, bem como a participação do Agente Fiduciário em assembleias e/ou reuniões de Debenturistas ressaltando a possibilidade dos referidos eventos serem realizados na sede do Agente Fiduciário.

9.3. Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, morte ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.



9.3.2. A remuneração do novo agente fiduciário será a mesma já prevista na presente Escritura, salvo se outra for negociada com a Emissora, sendo por esta aceita por escrito, prévia e expressamente, sendo que o pagamento da referida remuneração é de integral responsabilidade da Emissora.

9.3.3. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas e à Emissora, pedindo sua substituição.

9.3.4. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

9.3.5. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983, e eventuais normas posteriores.

9.3.6. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deve ser arquivada na JUCESP e posteriormente encaminhado à CVM.

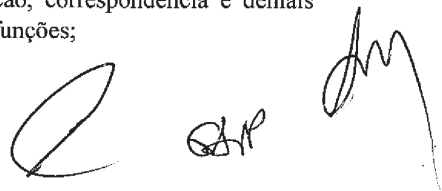
9.3.7. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da presente Escritura ou, no caso de agente fiduciário substituto, no dia da celebração do correspondente aditamento à Escritura, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição ou até a Data de Vencimento das Debêntures.

9.3.8. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

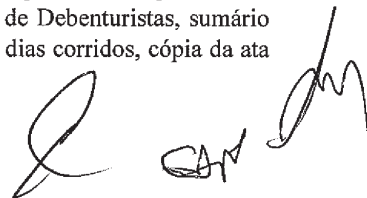
9.4. Deveres

9.4.1. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou na presente Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) Proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) Renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) Conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;



- (d) Verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) Promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (f) Acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) Emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (h) Solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e escritórios de registros públicos, dos distribuidores cíveis, das Varas de Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Emissora;
- (i) Solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora, cujos custos deverão ser arcados pela Emissora;
- (j) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no Jornal O Estado de São Paulo, respeitadas outras regras relacionadas à publicação constantes da Lei das Sociedades por Ações e desta Escritura;
- (k) Enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, até a data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembléia Geral de Debenturistas;
- (l) Comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas, e enviar à CVM e à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures, no mesmo dia da Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias corridos, cópia da ata



da referida Assembléia;

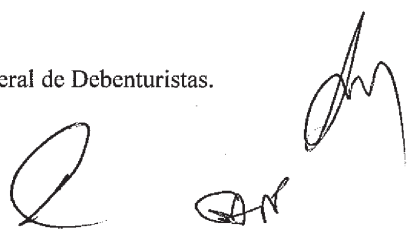
(m) Elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea “b” do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:

- (m.1) Eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (m.2) Alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (m.3) Comentários sobre as demonstrações contábeis da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (m.4) Posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (m.5) Amortização, resgate antecipado, aquisição facultativa e pagamento de Remuneração das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (m.6) Acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio desta Emissão, de acordo com os dados obtidos perante os administradores da Emissora;
 - (m.7) Cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (m.8) Declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
- (n) Colocar à disposição o relatório de que trata a alínea “m” acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

- (n.1) Sede e *site* de Internet da Emissora;
- (n.2) Escritórios e *site* de Internet do Agente Fiduciário;
- (n.3) CVM e em seu *site* de Internet;





- (n.4) SND;
- (n.5) nos sites de Internet da CETIP e da Bovespa; e
- (n.6) Sede da instituição financeira que liderou a colocação das Debêntures.
- (o) Publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à sua disposição nos locais indicados na alínea “n” acima;
- (p) Manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Emissora, a Instituição Depositária, a CBLC e a CETIP;
- (q) Fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer;
- (r) Sem prejuízo do disposto na Cláusula VII acima, notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM, à BOVESPA, à CETIP, à CBLC e ao Banco Central do Brasil;
- (s) Cobrar da Emissora o cumprimento da obrigação de atualização da classificação de risco, bem como enviar à ANBID os relatórios de classificação de risco das Debêntures, com atualização anual, elaborados pela agência de *rating* contratada pela Emissora, em até 05 (cinco) dias úteis contados do recebimento dos referidos relatórios;
- (t) Enviar, à Emissora, comunicação por escrito, no dia útil imediatamente subsequente àquele em que tomar conhecimento de fato ou evento que, em seu entendimento, caracterize um Evento de Inadimplemento;
- (u) Examinar qualquer proposta ou iniciativa de alteração do estatuto social da Emissora que objetive mudar o objeto social da Emissora, cumprindo-lhe ou convocar a Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar acerca de matéria, ou aprovar a alteração proposta; e
- (v) Convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas.
- 

9.5. Atribuições Específicas

9.5.1. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunidade dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos e condições desta Escritura:

- (a) Declarar antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) Requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (c) Tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) Representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

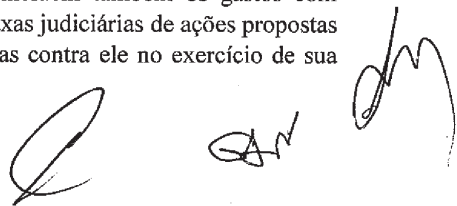
9.5.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas “a” a “c” acima se, convocada a Assembléia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação dos titulares da unanimidade das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à respectiva Assembléia quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea “d” acima.

9.6. Despesas

9.6.1. A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis e usuais que tenha, comprovadamente, incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

9.6.2. O ressarcimento a que se refere esta Cláusula 9.6 será efetuado em até 10 (dez) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas.

9.6.3. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua



função, desde que relacionadas à solução da inadimplência aqui referida, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 10 (dez) dias corridos.

9.6.4. As despesas a que se refere esta Cláusula 9.6 compreenderão, inclusive, aquelas incorridas com:

- (a) Publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) Extração de certidões;
- (c) Locomoções entre Estados da Federação e respectivas hospedagens, transporte e alimentação quando necessárias ao desempenho das funções; e
- (d) Eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

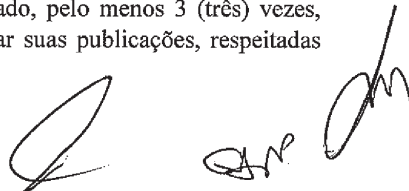
9.6.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, se for o caso, preferindo a estas na ordem de pagamento.

CLÁUSULA X ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

10.1. Convocação

10.1.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão de Debenturistas. A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas



outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembleia Geral de Debenturistas em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 08 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

10.1.4. Independente de publicações e/ou avisos, será considerada regular a Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

10.1.5. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia Geral de Debenturistas.

10.2. Quorum de Instalação

10.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

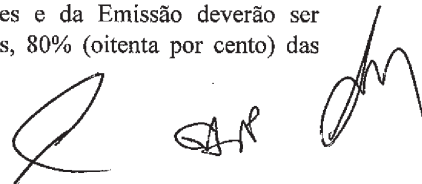
10.2.2. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura, considera-se “Debêntures em Circulação” todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora; as de titularidade de (i) empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas); (ii) controladoras (ou grupo de controle) da Emissora; e (iii) administradores da Emissora, incluindo, mas não se limitando, pessoas direta ou indiretamente relacionadas a qualquer das pessoas anteriormente mencionadas.

10.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM.

10.4. Quorum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não, observadas as formalidades e impedimentos legais. Observado o disposto neste item, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem, pelo menos, 80% (oitenta por cento) das



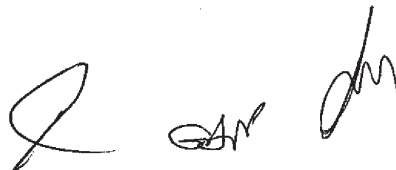
Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração, datas de pagamento de Remuneração ou de principal, no prazo de vencimento das Debêntures e/ou nos itens que dispõem sobre hipóteses de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

10.4.2. Ressalvados os casos aqui previstos, as matérias sujeitas à Assembléia de Debenturistas serão aprovadas pelos titulares da maioria das Debêntures em Circulação que estiverem presentes na Assembléia.

CLÁUSULA XI DECLARAÇÕES E GARANTIAS

11.1. O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora :

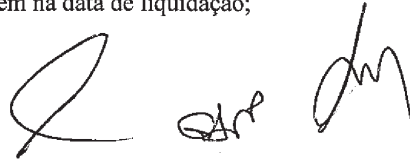
- (a) sob as penas da lei, não ter nenhum impedimento legal, conforme § 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, e o artigo 10 da Instrução CVM 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) não ter ligação com a Emissora que lhe impeça de exercer suas funções;
- (c) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) conhecer e aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (e) estar ciente da regulamentação aplicável, emanada do Banco Central do Brasil e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (h) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (i) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem nenhuma obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;



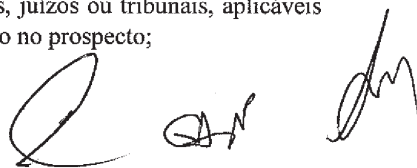
- (j) que as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (k) que verificou, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que fossem sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tivessem conhecimento; e
- (l) ter verificado os limites desta Emissão, nos termos do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, e que esses limites foram atendidos pela Emissora.

11.2. A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

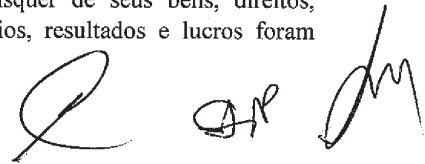
- (a) É sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (b) Cada uma de suas subsidiárias foi devidamente constituída e é uma sociedade limitada ou sociedade por ações, conforme o caso, existente de acordo com as respectivas leis de suas respectivas jurisdições, com plenos poderes e autoridade para ser titular, arrendar e operar suas propriedades e para conduzir seus negócios, conforme descrito nos Prospectos;
- (c) Está devidamente autorizada a celebrar a presente Escritura, a emitir as Debêntures e a cumprir suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura, nas Debêntures, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) Esta Escritura constitui, e cada documento a ser entregue nos termos da presente Escritura constituirá, obrigação legal, válida, vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições, e tal obrigação não está subordinada a qualquer outra dívida da Emissora, que não aquelas que gozem de preferência exclusivamente por força de qualquer exigência prevista em lei;
- (e) A celebração da presente Escritura e a Emissão das Debêntures foram devidamente autorizadas pelos seus órgãos societários competentes e não infringem (i) seu Estatuto Social; ou (ii) qualquer lei ou restrição contratual que a vincule ou afete;
- (f) Nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos da presente Escritura ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão exceto pelo registro da Emissão na CVM e o registro das Debêntures junto ao SDT, ao SND e ao BovespaFix, as quais estarão em pleno vigor e efeito em na data de liquidação;



- (g) A celebração da presente Escritura e a emissão das Debêntures, não infringem nenhuma disposição legal, ordem, sentença, decisão administrativa, judicial ou arbitral, qualquer contrato ou instrumento dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, (iii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos;
- (h) Os balanços patrimoniais da Emissora datados de 31 de dezembro de 2004, 31 de dezembro de 2005 e 31 de dezembro de 2006, auditados, e 31 de março de 2005, 31 de março de 2006, 31 de março de 2007, objeto de revisão especial, e as correspondentes demonstrações de resultado da Emissora referentes aos exercícios e trimestres à época encerrados, apresentam de maneira adequada a situação financeira da Emissora nas aludidas datas e os resultados operacionais da Emissora referentes aos períodos encerrados em tais datas. Tais informações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, que foram aplicados de maneira consistente nos períodos envolvidos, e desde a data das demonstrações financeiras mais recentes, não houve nenhum impacto adverso relevante na situação financeira e nos resultados operacionais em questão, não houve qualquer operação envolvendo a Emissora, fora do curso normal de seus negócios, que seja relevante para a Emissora, não houve qualquer alteração no capital social ou aumento substancial do endividamento da Emissora.
- (i) Exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e/ou no Prospecto Definitivo, não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou investigação pendente ou iminente envolvendo a Emissora perante qualquer tribunal, órgão governamental ou árbitro, que possa causar um impacto adverso relevante na sua situação financeira ou nas suas operações;
- (j) A Emissora está em cumprimento das leis e regulamentos ambientais a elas aplicáveis, exceto com relação àquelas leis e regulamentos que estejam sendo contestados de boa-fé pela Emissora ou para as quais a Emissora possua provimento jurisdicional vigente autorizando sua não observância;
- (k) A Emissora tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais competentes para o exercício de suas atividades, sendo que até a data da presente declaração a Emissora não foi notificada acerca da revogação ou modificação de qualquer delas ou da existência de processo administrativo que tenha por objeto a revogação, suspensão ou cancelamento de qualquer delas;
- (l) A Emissora está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias, juízos ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto conforme descrito no prospecto;



- (m) Os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (n) O Prospecto Preliminar contém, e o Prospecto Definitivo conterá, na data de sua disponibilização, todas as informações relevantes atualizadas em relação à Emissora no contexto da presente emissão de Debêntures e necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, perspectivas e obrigações em relação às Debêntures, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, sendo que as informações, fatos e declarações contidas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora são verdadeiras, consistentes, corretas e completas;
- (o) As opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo em relação à Emissora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;
- (p) Não omitiu, ou omitirá, nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas;
- (q) Não há fatos relativos à Emissora ou relativos às Debêntures não divulgados no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, cuja omissão, no contexto desta Emissão, faça com que alguma declaração relevante do Prospecto Preliminar e/ou do Prospecto Definitivo, seja enganosa, incorreta ou inverídica;
- (r) Não tem qualquer ligação com o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções com relação a esta Emissão;
- (s) Não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- (t) A Emissora e suas subsidiárias prepararam e entregaram todas as declarações de tributos, relatórios e outras informações que, de acordo com o conhecimento da Emissora devem ser apresentadas, ou receberam dilação dos prazos para apresentação destas declarações; todas as taxas, impostos e demais tributos e encargos governamentais devidos de qualquer forma pela Emissora, por quaisquer de suas subsidiárias, ou, ainda, impostas a elas ou a quaisquer de seus bens, direitos, propriedades ou ativos, ou relativo aos seus negócios, resultados e lucros foram



integralmente pagos quando devidos, exceto os tributos ou encargos que estão sendo contestados de boa fé e por meio de procedimentos apropriados, iniciados e conduzidos com diligência e em relação aos quais existem reservas ou outras provisões apropriadas, exceto conforme descrito nos Prospectos, e exceto os tributos, encargos governamentais e outras contribuições cuja falta de pagamento não causaria um impacto adverso relevante;

- (u) A Emissora e suas Subsidiárias possuem justo título de todos os seus bens imóveis e demais direitos e ativos por elas detidos, conforme descrito nos Prospectos, os quais estão livres e desembaraçados de quaisquer ônus, exceto: (i) conforme descrito nos Prospectos, (ii) quando, individualmente ou em conjunto, não possam resultar em impacto adverso relevante; e
- (v) Manterão os seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.

CLÁUSULA XII DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

12.1.1. As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

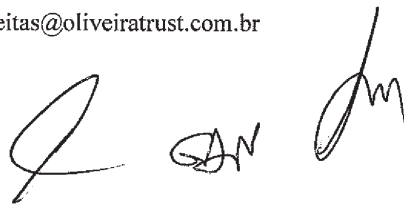
COMPANY S.A.

At.: Sr. Luiz Rogelio Rodrigues Tolosa
Rua Funchal, nº 418, 28º andar
São Paulo – SP
CEP 04551-060
Tel: (11) 3704-6500
Fax: (11) 3704-6543
Correio Eletrônico: ri@company.com.br

Para o Agente Fiduciário:

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A

At.: Sr. Jose Alexandre Freitas
Avenida das Américas, 500, bloco 13, Grupo 205
CEP.: 22640-100 - Rio de Janeiro - RJ
Telefone: (21) 2493-7003
Fac-símile: (21) 2493-4746/4901
Correio Eletrônico: agente@oliveiratrust.com.br e freitas@oliveiratrust.com.br



Para o Banco Mandatário:

Banco Bradesco S.A.

At.: Sr. Cassiano Ricardo Scarpelli

Avenida Yara, s/n - Cidade de Deus - ~~Prédio Amarelo~~ 2º Andar

CEP.: 06029-900- Osasco - SP

Telefone: 3684-4522 Fac-símile: 3684-5645

Correio Eletrônico: bradescocustodia@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Rua Líbero Badaró, 425/24º andar

Tel.: (11) 3111-1596 / 3365-4925

Fax: (11) 3111-1564

CEP 01009-000 - São Paulo, SP

Correio eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

Para a CBLC:

Rua XV de Novembro, 275

São Paulo - SP

CEP 01013-001

Tel.: (11) 3233-2178 / 2261

Correio Eletrônico: cblc@cblc.com.br

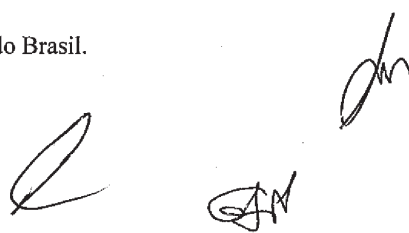
12.1.2. As comunicações referentes a este Contrato serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada imediatamente pela Parte que tiver seu endereço alterado.

12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura, desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como constituindo uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.



12.4. Título Executivo Extrajudicial e Execução Específica

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada (“Código de Processo Civil”), reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

12.5. Irrevogabilidade; Sucessores

A presente Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula II acima, obrigando as partes por si e seus sucessores.

12.6. Independência das Disposições da Escritura

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituírem a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.7. Correção de Valores

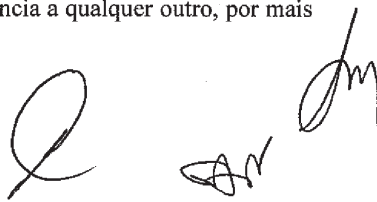
Ressalvadas as disposições constantes desta Escritura, para fins de verificação do cumprimento das obrigações constantes desta Escritura, todos os valores de referência nela constantes deverão ser corrigidos pelo Índice Geral de Preços de Mercado – IGPM, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, a partir da data de assinatura desta Escritura, ou na sua falta ou impossibilidade de aplicação, pelo índice oficial que vier a substituí-lo.

12.8. Despesas

A Emissora arcará com todos os custos (i) decorrentes da colocação pública das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CVM, no SND e no BovespaFix; (ii) das taxas de registro; (iii) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora; e (iv) pelas despesas com a contratação de Agente Fiduciário e Banco Mandatário.

12.9. Foro

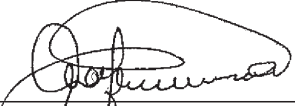
Fica eleito o foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

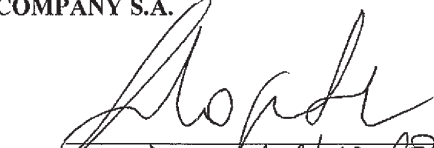


Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.


São Paulo, 14 de junho de 2007

COMPANY S.A.


Nome: WALTER R. LADEIRA
Cargo: PRESIDENTE

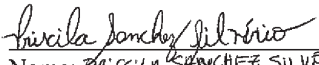

Nome: LUIZ ROBERTO AZEVEDO
Cargo: DIRETOR

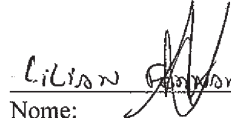
**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA
DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A**



Nome: Antonio Amaro Ribeiro Oliveira e Silva
Cargo: GERENTE

Testemunhas:


Nome: PRISCILA SANCHEZ SILVEIRO
CPF: 301.369.368-14


Nome: LILIAN GOMES DE GUIMARAES
CPF: 126.370.488-32

Página de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da 3ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirografária, em Série Única, para Distribuição Pública, da Company S.A., datado de 14 de junho de 2007.

